

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva (mãe)

Réus: Associação Casa da Juventude, Lda. e Carlos Mendes (ex-diretor)

Juiz: Dr. António Ribeiro – Vara de Família e Menores de Lisboa

Parecer Pericial do Psicólogo

Perito: Dr.ª Helena Duarte, Psicóloga Clínica, número de ordem 98765, com especialização em avaliação de vítimas de abuso sexual infantil.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

I. Objeto do Parecer

1. Analisar, sob a perspetiva psicológica, a **escuta gravada** apresentada nos autos (ex-audição nº 3/2024), que supostamente contém declarações verbais de abuso sexual perpetrado pelo ex-diretor Carlos Mendes sobre o menor João Silva, entre os anos de 2015 e 2020.
2. Emitir conclusões acerca da **verossimilhança** do conteúdo da escuta, do **impacto psicológico** sobre a vítima e da **necessidade de medidas protetivas** adicionais, nos termos do artigo 162.º do Código de Processo Civil (CPC) e do artigo 140.º do Código Penal.

II. Metodologia

Etapa	Descrição	Data
1. Receção da gravação	Recebida em formato .wav, autenticada pelo Secretário do Tribunal.	5 de janeiro de 2026
2. Verificação da integridade	Análise forense digital (software FTK Imager) para confirmar ausência de edição.	6 de janeiro de 2026
3. Transcrição	Transcrição literal, incluindo pausas, entoação e ruídos de fundo, efetuada por assistente técnico.	7 de janeiro de 2026
4. Avaliação psicológica	Aplicação de protocolos de análise de discurso (PADE) e de avaliação de trauma infantil (CAPS-II).	8–10 de janeiro de 2026
5. Corroboração	Confrontação da escuta com depoimentos escritos e entrevistas clínicas ao menor (realizadas em 15 de dezembro de 2025).	12 de janeiro de 2026
6. Redação do parecer	Consoante normas de ética profissional (Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses).	12 de fevereiro de 2026

III. Análise da Escuta

1. **Integridade Técnica** – Não foram detectados indícios de cortes, sobreposições ou manipulação de frequência. O padrão de ruído de fundo corresponde ao ambiente da “Sala de Reuniões” da Associação, identificado nas fotografias de inspeção (autos 2023/04567-V-5).
2. **Conteúdo Verbal** – O interlocutor identificado como “Carlos” descreve, de forma detalhada e recorrente, atos de natureza sexual dirigidos ao “menino João”. Utiliza linguagem própria de um adulto que conhece bem o desenvolvimento cognitivo da criança (ex.: “ele não entende o que está a acontecer, mas sente prazer”).

3. **Coerência Interna** – O discurso apresenta sequência temporal lógica, com referência a datas específicas (ex.: “no dia 12 de março de 2017, na sala 3”). Não há contradições internas que comprometam a credibilidade.
4. **Correspondência com Depoimentos** – As declarações da escuta coincidem em 87 % com o relato oral do menor, obtido em entrevista clínica confidencial (relatório anexo – “Entrevista ao menor Silva, 15/12/2025”). As divergências menores referem-se a detalhes de vestuário, plausíveis diante da memória fragmentada típica de trauma infantil.
5. **Impacto Psicológico Evidenciado** – O padrão de linguagem revela manipulação psicológica (gaslighting) e reforço de dependência emocional, fatores reconhecidos como geradores de **Transtorno de Stress Pós-Traumático (TSPT)** em menores (DSM-5, critério F). O menor apresenta sintomatologia congruente: pesadelos recorrentes, evasão de situações que remetam à associação, hipervigilância e regressões comportamentais.

IV. Conclusões

Nº	Conclusão	Fundamentação
1	A escuta gravada é autêntica e não apresenta indícios de falsificação.	Análise forense digital e consistência com outros elementos probatórios.
2	O conteúdo da escuta corrobora os relatos do menor, reforçando a existência de abuso sexual continuado.	Confrontação com entrevista clínica e depoimentos de testemunhas.
3	O menor exibe sinais claros de trauma compatíveis com TSPT, decorrentes de exposição prolongada a abuso sexual e à falha de proteção institucional.	Avaliação psicológica (CAPS-II) – escore 42 (nível severo).
4	A vulnerabilidade psicológica do menor requer medidas de proteção imediatas e acompanhamento terapêutico intensivo.	Art. 162.º, n.º 2 do CPC – tutela de urgência para salvaguarda do interesse superior da criança.

V. Recomendações ao Juízo

1. **Medida de Proteção Urgente** – Determinar a **suspensão imediata** de qualquer contacto entre o menor e a Associação Casa da Juventude, bem como a **proibição de acesso** ao prédio da associação até decisão final.
2. **Acompanhamento Psicoterapêutico** – Nomear um **psicólogo de referência** (ex.: Dr.^a Marta Ribeiro, número de ordem 11234) para prestação de **intervenção psicológica semanal** ao menor, com relatório mensal ao tribunal.
3. **Avaliação de Risco Familiar** – Autorizar, em regime de urgência, a realização de avaliação psicológica ao núcleo familiar (mãe, irmãos) para identificar possíveis fatores de risco e necessidades de apoio.
4. **Medida de Acompanhamento Judicial** – Designar um **assistente social** (ex.: Sr. João Pires, número de inscrição 55678) para monitorizar o cumprimento das medidas de proteção e relatar ao juiz quaisquer violações.
5. **Preservação de Provas** – Ordenar a **confecção de cópia certificada** da gravação e a sua **conservação em suporte digital hermético**, nos termos do artigo 376.º do CPC, garantindo a sua disponibilidade para eventual fase criminal.

VI. Considerações Finais Em face da robustez da prova auditiva, da sua coerência com o relato da vítima e do quadro clínico de trauma severo, **recomendo a concessão da tutela de urgência solicitada** pela parte requerente, bem como a implementação das medidas de acompanhamento psicológico e social descritas. Estas providências são indispensáveis para salvaguardar o bem-estar e o desenvolvimento saudável do menor João Silva, em consonância com o princípio do **interesse superior da criança** consagrado na Constituição da República Portuguesa (art. 13.º) e na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Nota: Este parecer foi elaborado em estrita observância das normas de ética profissional e de confidencialidade previstas no Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Assinatura

Dr.ª Helena Duarte

Psicóloga Clínica – Ordem dos Psicólogos Portugueses, n.º 98765
Lisboa, 12 de fevereiro de 2026